

**EDITORIAL**

**N**o momento em que vimos apresentar a 20ª edição da Bagoas – revista de estudos gays, gênero e sexualidade, vivenciamos a pandemia do coronavírus, o que trouxe também reflexões, críticas e polêmicas em torno de cenários descritos, seja sobre as observações acerca de um presente que nos escapa, seja sobre as hipóteses acerca de um futuro que parece se dissolver diante de nosso repertório teórico para analisar os efeitos da pandemia. Urgente se faz lançar mão de afirmações, em meio as mais insensatas distopias jamais imaginadas, que deveriam parecer fundamentais para este momento. Todos os humanos possuem o mesmo valor. Por mais que a humanidade pareça ter falhado, ancorados que estamos em estruturas desiguais, em que essa humanidade passa a ser menos ou mais valiosa, na comparação insana entre a manutenção da saúde das pessoas e da saúde do mercado – a saúde da economia, portanto, parece se sobrepor perversamente à saúde dos humanos, sobretudo daqueles que estão em condições sociais de precariedade.

A radicalidade da pandemia denuncia não apenas nossa imensa impotência, e a produção sistemática da inexistência, que resultaria na desumanização de grupos humanos inteiros, a condição de precariedade a que somos subsumidos em diferentes graus. Embora as reflexões de Judith Butler, nos dois livros que escolhemos para pensar, a saber, “Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto”, e “Vida precária: os poderes do luto e da violência”, estejam relacionadas a um tempo/espaço outro, os conceitos desenvolvidos nos auxiliam em toda a sua pungência para compreender o momento vivido, ou seja, a gestão de vidas que importam pouco, importam nada, para aqueles que deveriam resguardá-las. Nesse sentido, informa a autora, deveria haver formas mais inclusivas e igualitárias de reconhecer a precariedade, e isso implicaria em políticas sociais concretas de trabalho, habitação, alimentação, assistência médica e jurídica. Dessa feita, precariedade/reconhecimento, vulnerabilidade/

resistência e poder são caminhos profícuos para construção de pontes de entendimento sobre as vidas humanas.

Butler(2015) afirma que uma vida que pode ser lesada, perdida ou negligenciada até a morte, revela em si sua precariedade absoluta, na medida em que toda vida exige condições sociais, econômicas e políticas para ser mantida. Pensar a precariedade que nos constitui, e nesse caso nos torna vulneráveis, é assumir que a possibilidade de manutenção da vida exige responsabilização por parte de todos, mas sobretudo do Estado, no caso aqui observado, com vistas a contenção da pandemia, o que implicaria em fazer a crítica da violência legalizada, que priva as populações de forma diferencial no que tange aos recursos básicos necessários para minimizar a precariedade. Impedidos de gerir suas próprias vidas, abandonados em meio ao contexto do colapso do Estado de Bem Estar social, e, portanto, sem as redes de proteção social que ofereçam o mínimo de segurança, considerando que a ideia de ultrapassagem da precariedade aponta para a existência dessas redes e condições sociais de vida que tornem essas vidas vivíveis e, por conseguinte, passíveis de luto.

A responsabilização se inscreve aqui enquanto parte de uma solidariedade que deveria nos guiar em tempos de crise, reforçando que nossas obrigações deveriam surgir da percepção de que não pode haver vida sustentada sem as condições de sustentação, e essas condições são nossa responsabilidade política e matéria de nossas decisões éticas.

Para além das fronteiras, que agora se apresentam como definitivamente porosas, deixando entrar aquilo que nos ameaça, e suas abissais delimitações que separam e hierarquizam nações, culturas, gênero, sexo, raças, etnias, constatamos nossa imensa e claudicante humanidade, em toda a sua vulnerabilidade, e podemos admitir entre a assombração de grupos para quem essas diferenças serão determinantes no que tange a sua sobrevivência, e a soberba daqueles

que estão “protegidos” pelo acesso a cuidados e tratamentos, que falharão miseravelmente para a maioria da população. Aqui, as desigualdades, em todos os níveis, se escancaram, e o mais triste nesse enredo de sombras é que conduzíamos nossas vidas confortáveis sem observá-la em toda a sua obscenidade. Novamente Butler(2015), a informar que as sociedades humanas estão divididas em dois grupos de pessoas, aqueles cujas vidas têm que ser protegidas, e aqueles que são dispensáveis – a irrelevância nesse caso diz respeito às marcações de gênero, raça, etnia, geração, e mais veementemente da posição econômica.

Pensar os marcadores sociais da diferença implica em lançar mão da noção de interseccionalidade, categoria presente numa ampla gama de estudos feministas, mas que, para efeitos da análise aqui referendada, se apresenta enquanto escolha conceitual que permite a análise de múltiplas formas de opressão, focadas na compreensão dos entrelaçamentos entre gênero, raça, geração e classe, referendando seu potencial para a explicação de desigualdades sociais em toda a sua complexidade. No cenário que serve de pano de fundo para a reflexão, a interseccionalidade denuncia a vulnerabilidade de grupos populacionais inteiros, na medida em que estão desprotegidos e expostos ao vírus ao ocupar uma posição social que se produz no entrecruzamento dos múltiplos eixos de subordinação.

A pergunta urgente, e revelada nos discursos e práticas de governantes como pouco importante, é, - como preservar a vida humana - considerando que todas as vidas deveriam importar. Como evitar a exclusão autorizada, e, por conseguinte, a banalização do fim de grupos humanos deixados para morrer, em nome de diferenças que os tornam mais frágeis ou potencialmente invisíveis na ordem dos dias? Como políticas de proteção social, são capazes de deixar de fora idosos – numa sociedade hedonisticamente investida que esquece que o envelhecimento e a finitude alcançarão a todos -, e outras populações atravessadas por marcadores de diferenças? Como explicar a populações

carentes do mínimo necessário para sua sobrevivência cotidiana, que suas vidas, que nunca importaram para aqueles que colocamos no poder, agora estão ameaçadas em definitivo, na medida em que não vemos respostas efetivas do poder público às suas necessidades?

As desigualdades apontadas revelam o experienciar do cotidiano de maneiras totalmente distintas, nesse caso específico diante de uma pandemia. Espaços cindidos entre aqueles que dispõem de tudo, inclusive do trabalho doméstico que não encontra um fim em si, mas a perpetuação do mesmo, todos os dias a lenta, porém persistente necessidade de limpar a sujeira alheia, com vistas a manter todos a salvo da invasão do de fora que pode contaminá-los, mas que não encontra meios para preservação de si e dos seus, pela vulnerabilidade a que estão expostos.

Importante salientar que Butler, irá alicerçar sua filosofia política com a afirmação de uma ética da não violência, fundada na constatação de que a dimensão mais indiscutível da vida em sociedade é a nossa interdependência perante os outros que coabitam esse mundo conosco, pessoas das quais nossas vidas dependem, por vezes pessoas anônimas, das quais não podemos prescindir. Para além disso, e enfatizando a persistência da vulnerabilidade advinda do reconhecimento da precariedade, diz-nos a autora, “existem formas diferenciadas de alocação que tornam algumas pessoas mais suscetíveis à violência arbitrária que outras.”(2019, p.10) Assim, cada corpo, em sua dupla dimensão, física e pública, se encontra potencialmente ameaçado por outros corpos que são, por definição, igualmente precários. A distribuição desigual da precariedade só torna legítima a existência dessa precariedade quando se produz através de formas de dominação, inescapáveis as relações de poder que as atravessam, não sendo portanto qualquer vida a quem será outorgada o direito de existir enquanto vida humana passível de ser vivida, numa perspectiva onde a interdependência e a relacionalidade ganham lugar de centralidade, inclusive em termos de reconhecimento onde, a condição de ser reconhecido torna o sujeito viável, prepara o sujeito para

o reconhecimento, através de normas gerais que irão atuar moldando o ato ou prática de reconhecimento, como nos afirma a autora:

(...)a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis e “não passíveis de luto. Essas populações são “perdíveis” ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias.”(Butler, 2015, p. 53)

O não reconhecimento advindo da ininteligibilidade, isto é, o fato de que, para ser considerada digna de ser vivível, uma vida deve ser reconhecida, de maneira recíproca, e enquanto tal conformada a certas concepções do que é a vida, a fim de se tornar reconhecível, cria processos de desumanização aos quais algumas pessoas são submetidas, assim como; a relação entre a possibilidade de que a morte possa ser publicamente lamentada e chorada, atribuindo-se um valor à vida que foi perdida, encontra sentido na cena do reconhecimento, assim, a apreensão enquanto vida reconhecida se ancora na capacidade de produzir, no outro, luto pela nossa morte. No entanto, a pergunta sobre o enlutamento encontra ecos ontológicos acerca do estatuto da vida, isto é, qual o estatuto mesmo da vida? Por que há sujeitos que dificilmente são reconhecidos como sujeitos, e vidas que nunca são reconhecidas como vidas? Advém dessa ininteligibilidade, a questão de que o que garante a importância de uma vida é sua capacidade de produzir enlutamento. Então, como justificar o aumento cotidiano de mortes de sujeitos sem nome? E não sendo nomeados – porque de repente as vidas humanas precisam ser contabilizadas, não entendidas, sequer choradas, na medida em que sua

ausência não é humanizada, como se estivéssemos todos insensíveis ao sofrimento humano e à morte, eles mesmos mecanismos de realização da desumanização em seu sentido pleno.

O ensaio “Necropolítica”, de Achille Mbembe (2017), se apresenta em toda a sua força, seja numa retomada do pensamento de Michel Foucault, seja pelas possibilidades epistemológicas e metodológicas que nos permitem ler e analisar fenômenos contemporâneos marcados por violências e opressões. Assim, a necropolítica, enquanto conceito para compreender a realidade, a traduz fielmente, pensada aqui como os modos e as formas pelas quais o poder político se apropria da morte como objeto de gestão, na medida em que decide e toma medidas acerca de como devemos morrer, quem deve morrer, e o que deve acontecer sobre essas mortes, e esses corpos, que parecem não importar, reduzindo-se cruelmente a mais um número na devastação perpetrada pela pandemia, e gerida diligentemente por aqueles que decidem quais cidadãos importam; e, conseqüentemente, quais vidas importam. Os critérios para essa decisão fundamentada no horror da produção da desumanização do outro, e cravada no outro são os mais diversos, mas me parece que a aliança nefasta entre a necropolítica e outras racionalidades, e aqui penso na relação perversa entre necropolítica e neoliberalismo, e nas mortes já em curso antes da pandemia, em função de políticas neoliberais que reduzem investimentos sociais, seguirão matando mais, se mecanismos de proteção social e humanitárias que respeitam a vida, assegurem a saúde e os direitos, sejam implantados de forma emergencial.

A necropolítica se insinua também, na medida em que as orientações e recomendações fornecidas pelas autoridades de saúde para evitar ou minimizar os riscos concernentes ao contágio, não podem ser seguidas por parte significativa da população, sobretudo aquelas e aqueles que vivem quadros de vulnerabilidade social. Se pensarmos as pessoas em situação

de rua, moradoras/moradores de periferias, trabalhadoras/trabalhadores informais, comunidades indígenas, refugiados, dentre tantos outros do social, entendemos que a precariedade no acesso às informações de prevenção e à operacionalização de meios para evitar a propagação do vírus, as formas de circulação nas cidades, alteradas pelas medidas de isolamento e quarentena, com o fechamento do comércio e as medidas necessárias implementadas preventivamente, a suspensão de projetos sociais que oferecem suporte, sobretudo quando pensamos a urgência da fome a assolar grupos inteiros, antes assistidos por ONGs e atores sociais que acorriam em seu auxílio diante da total ausência do Estado.

Diante das condições sociais concretas acima elencadas, nos deparamos com a exclusão radical a que certos sujeitos estão submetidos, como em Santos (2019) essa exclusão se assenta na produção da inexistência desses seres e na negação parcial ou total de seus direitos mais básicos, assim a vítima ou o alvo dessas exclusões, são pensadas como ‘seres humanos fatalmente degradados’, sendo sua possível inclusão tratada como inimaginável, daí a produção da inexistência, eles não poderiam ser tratados como seres humanos, e portanto integrados e habilitados à cidadania.

A produção sistemática da inexistência, nos termos de Santos(2019) significando não existir sob as formas de ser relevante ou compreensível, coincide com a lógica presente em Butler(2015) acerca da produção de vidas precárias, na medida em que a condição de ser reconhecida, condição essa que segundo a autora precede o reconhecimento, só é possível quando entendemos como as normas operam para tornar sujeitos reconhecíveis, ao passo que destina aos outros o lugar de ininteligibilidade, ou seja, as normas existentes atuam de forma diferenciada.

Informados por Butler, compreendemos que pensar a inexistência ou a produção da precariedade implica, por exemplo, compreender quais



vidas são dignas de ser protegidas, e porque outros grupos humanos são deixados para morrer?

O temor diante de certos episódios, no que guardam de horror, nos tempos pandêmicos que atravessamos, demonstra que as bases sobre as quais foram alicerçadas o neoliberalismo, a necropolítica, e as vidas precárias afirmadas na ausência de inteligibilidade de alguns sujeitos no/ do mundo social, com a negação de seu reconhecimento e consequente desresponsabilização ética, revela que as bases aparentemente sólidas, porque discretamente e positivamente operadas nas e pelas relações de poder, ruíram, e no entanto, vemos persistir, por parte dos governos e da sociedade mais ampla, a exclusão/desumanização de todos aqueles que são ‘vítimas’ dessas relações urdidas e explicitadas na articulação entre capitalismo, colonialismo e patriarcado, como apontado por SANTOS (2019). No caso do Brasil, e suas políticas de negação de existências, para debilitar essas vidas, basta tornar em ato a omissão já reinante entre os governantes que parecem cegos ao que temos pela frente.

Paralelo a esse colapso do mundo, a publicação do 20º volume da Bagoas, em meio ao caos que se instaurou em nossas sociedades, assim acontece, sem perder, no entanto, sua vocação, voltada para a produção da reflexão crítica e engajada no debate acerca das questões de gênero e diversidade sexual no Brasil e no mundo. Por fim, agradecemos a colaboração dos autores para a efetivação desta edição, com uma ampla variedade de temas e reflexões.

Anne Damásio  
Editora































































